

Ata da 2ª Sessão Ordinária, do 4º Período  
Legislativo, da 3ª Sessão Legislativa, da 3ª  
Legislatura da Câmara Municipal de Feliz  
Natal, Estado de Mato Grosso.

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de 2008, reuniram-se na Câmara Municipal de Feliz Natal os Vereadores: Antoninha Leuci de Oliveira, Aníbal Alves Vilela, Carlos Adelar Faganello, Ilton Provenzi, Gerson Antonio, Luis Carlos de Melo, Pascoalina Grassioto, e Valdecir Rodrigues Garcia, sob a Presidência do Vereador Valdecir Rodrigues Garcia, que declarou:- “De acordo com a Constituição Federal, Constituição Estadual e a Lei Orgânica de nosso Município e sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos”. Na seqüência o Presidente colocou em discussão a Ata da Sessão anterior e por não haver nenhuma observação, o Presidente colocou a mesma em votação, sendo aprovada por todos. Em seguida o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura das correspondências recebidas desde a última Sessão. Neste momento o Presidente fez um breve comentário em relação a renúncia da vereadora Rita de Cássia Moretti Liutti, informando que logo entrará em contato com o assessor Jurídico da Câmara Municipal para que com os trâmites legais, o mais breve possível entrar em contato com o próximo suplente para assim saber a possibilidade de assumir os trabalhos na Câmara e neste caso trata-se da senhora Rosangela Claro, que encontra-se residindo na cidade de Lucas do Rio Verde. Após, o Presidente deixou a Tribuna à disposição dos Vereadores, momento onde pronunciou-se o Vereador Gerson Antonio comentando sobre as respostas vindas do Executivo com relação a uma indicação de autoria da bancada PSDB e DEM na qual trata-se dos redutores de velocidade nas ruas e avenidas de nossa cidade, comenta que novamente o Executivo está equivocado em sua resposta quando afirma que a sinalização de trânsito de nossa cidade é de competência de um órgão Estadual. O vereador reafirma que as

questões de trânsito do Município é de competência do Executivo municipal e não do Departamento Estadual de Trânsito, comenta sobre a resposta da Ouvidoria do DETRAN de nosso Estado afirmando isso. E ainda percebendo uma outra resposta equivocada do Executivo referente a indicação com o intuito de atender os estudantes de nosso Município para que passem por um diagnóstico e identificado o problema de visão tentarmos resolver os problemas dos mesmos, foi citado o trabalho que está sendo realizado com o EJA, mas na realidade este trata-se única e exclusivamente do Programa chamado Brasil Alfabetizado e portanto não se trata do programa que foi indicado pela bancada este é um programa diferenciado que tem intenção de atender aos estudantes do Município. Comenta que com certeza não será possível atender a todas as crianças com óculos após o levantamento, mas sugere que sejam feitas parcerias para que possa chegar ao objetivo maior. Afirma que apesar do não vindo do Executivo ainda irá lutar para encontrar uma solução para este problema. Em seguida fez uso da Tribuna o vereador Luis Carlos de Melo que inicia seu comentário fazendo uma cobrança ao Executivo Municipal dizendo que esteve em conversa com moradores da localidade Seringal e os mesmos apresentaram um problema a ele, pois afirma que lá existem pessoas que gostariam de estudar no EJA, mas estão impossibilitados pela falta de transporte daquela localidade no período noturno, comenta ainda que estas pessoas já estiveram em conversa com a Secretária de Educação e não tiveram uma resposta favorável a este pedido, sugere ao Prefeito Municipal e a Secretária de Educação que atendam esta comunidade colocando um ônibus escolar para trazer estes alunos até a sede do Município para que assim estes possam ter a oportunidade de estudar, comenta que o motivo pelo qual a Secretária tenha negado aos moradores esta solução seja pelo fato de cerca de dez ou doze alunos pertencerem a Escola Estadual e o Estado não repassa a verba para transportar alunos da referida Escola. Sugere ao Prefeito Municipal que analise a situação destas pessoas e atenda as mesmas. Cobra ainda a respeito do atendimento às estradas afirmando que não ter certeza se são todas as estradas que estão com problemas,

pois não teve tempo de verificar, mas existem algumas que realmente estão necessitando de reparos, por exemplo, na localidade Pé de Galinha solicita que o Secretário de Obras e Infra-estrutura tome providências neste sentido. Em seguida fez uso da Tribuna o vereador Aníbal Alves Vilela que direcionando-se ao Presidente desta Casa de Leis manifestando a intenção de protocolo de três matérias como por exemplo, no sentido de criar uma rede de esgoto no entroncamento da Avenida Perimetral Norte com a Avenida Maravilha, pois os comerciantes estão cobrando. Comenta sobre a pavimentação asfáltica, pois na época em que foi realizada esta obra, a mesma foi feita de forma inadequada. Sugere que quebre-se o asfalto para que possa então ser construída a rede de esgoto para acabar com problemas como dejetos sanitários e água das chuvas. Ainda fala sobre a reabertura da Avenida Perimetral Leste que encontra-se precária e esquecida pelo Executivo e muitas pessoas nem se quer sabem que trata-se de uma avenida, tal é o estado de má conservação. Afirma já ter cobrado do Secretário de Obras senhor Valderei Pescinelli o qual tanto foi elogiado por seus trabalhos de conservação das estradas, mas neste ponto afirma ter que chamar a atenção do mesmo, pois é vergonhoso que uma avenida no centro da cidade esteja passando por isso. E ainda comenta sobre a atualização das matérias no site da Câmara as quais são discutidas em Tribuna e fazem mais de dois anos que não estão sendo atualizadas na Internet. Para que a população possa estar acessando e acompanhando os trabalhos de cada vereador. Na seqüência fez uso da Tribuna o vereador Carlos Adelar Faganello comentando sobre o trabalho que foi realizado na sexta-feira passada onde a Câmara saiu de sua Sede e foi ao encontro da comunidade, lembra que esta foi uma idéia de sua autoria a realização da Sessão Itinerante no Assentamento ENA, afirma que todos estiveram muito contente com a recepção da população na referida localidade. Afirma que a Câmara Municipal sempre somou com o Município, prova disso foi este ato, pois uma comunidade onde existem tantos problemas, os quais pode-se enumerar vários mas trata-se de uma comunidade que luta e trabalha para vencer estas barreiras.

Afirma acreditar que o Executivo e a Câmara de Vereadores trabalhando em conjunto futuramente tenhamos uma comunidade bem mais avançada e melhor na qualidade de vida e Educação. Comenta sobre as mudanças no Assentamento que dá para se perceber a olho nu, pois já há desenvolvimento as pessoas visam um novo futuro. Comenta sobre a colocação do vereador Luiz Carlos de Melo na qual referiu-se a conservação das estradas e assim comenta saber o quanto é difícil para os agricultores plantar, aplicar seu tempo e não poder retirar a safra, no entanto é exatamente esta operação que esta acontecendo, a chamada operação arranca safra. Afirma que tem que ser cobrado sim e diz que o Secretário de Obras está visando atender de imediato os produtores, pois ao que lhe é de conhecimento as estradas estão em bom estado de conservação e como prova disso é que na sexta-feira vieram do Assentamento com muita chuva e mesmo assim puderam chegar. Comenta sobre os boatos de ser realizada mais uma grande operação na Bacia Amazônica e isso causa espanto nos empresários e agricultores, afirma que são fiscalizações inescrupulosas, sem uma regra de fiscalização. Comenta que o Poder Executivo e Legislativo tem que trabalhar de mãos dadas para todas as dificuldades que venham a aparecer, procurando sempre a solução destes problemas. E por não haver mais ninguém interessado em fazer uso da Tribuna, o Presidente passou a ordem do dia solicitando ao 1º Secretário que informasse o Quorum presente, informando o mesmo que havia oito vereadores presentes. Prosseguindo, o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura do Projeto de Lei Municipal nº 003/2008, que autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial e Suplementar e dá outras providências. Após o Presidente despachou o Projeto de Lei Municipal nº 003/2008 a Comissão de Justiça, Redação Finanças e Orçamento. Neste momento o 1º Secretário fez a leitura da Mensagem ao Projeto de Lei Municipal nº003/2008. Na seqüência o vereador Carlos Adelar Faganello solicitou a Dispensa do Interstício. O Presidente colocou em votação a solicitação de Dispensa do Interstício, sendo aprovada por unanimidade. Prosseguindo, o Presidente solicitou ao 1º Secretário

que efetuasse a leitura da Ata da Comissão de Justiça, Redação Finanças e Orçamento referente ao Projeto de Lei Municipal nº 003/2008. Em seguida colocou o referido projeto em discussão, fazendo uso da palavra o Vereador Carlos Adelar Faganello solicitando o apoio dos demais vereadores para aprovação do Crédito adicional. Afirma que serão várias obras beneficiadas com o mesmo. Lembra que no ano passado foi discutido ao máximo a Lei Orçamentária de nosso Município, mas foram identificados vários erros de digitação que foram os causadores deste problema, diz que o trabalho agora é de concertar afirma que num total de seis milhões e setecentos e cinquenta e cinco mil reais que Feliz natal pode ser contemplado e deste total, sendo um milhão e meio para abastecimento de água para o Assentamento ENA, um milhão quatrocentos e quarenta para a cidade de Feliz Natal, dois PSFs, sendo um no Bairro Bela Vista e um no centro da cidade e ainda uma obra que está sendo contemplada que é reforma do Mini-Estádio Tio Teço. Comenta ainda que provavelmente conseguirão cento e noventa e cinco mil para as estradas e com isso pretende-se dar uma boa melhoria em todas as estradas e principalmente a que tem sentido ao Rio Ferro. Comenta que são vários recursos que a Câmara não tem como não autorizar a alteração da LOA, pois se forem contemplados estes recursos existem várias obras que estarão em andamento no Município. Na seqüência fez uso da palavra o vereador Luis Carlos de Melo reforçando que estes benefícios que vieram para o Município são de mérito também dos vereadores que viajaram a Brasília onde estiveram protocolando ofícios para que fossem destinadas estas verbas ao Município. Em seguida fez uso da Tribuna o vereador Gerson Antonio que comenta sobre suas anotações, que desde o ano passado quando a bancada PSDB e DEM fez a indicação para a reparação da estrada que liga nossa cidade a ponte do Rio Ferro naquele momento já haviam recebido a resposta que deveriam aguardar recursos do Governo Federal, e temos ai a renovação da frota de veículos e a outra nos cento e noventa e cinco mil reais para ser investido direto no reparo de estradas, lembra que a cobrança vai

continuar principalmente sobre aquela estrada historicamente esquecida por todas as administrações que passaram por nosso Município. Não fizemos ainda a justiça que tal estrada merece. Na seqüência fez uso da palavra o vereador Aníbal Alves Vilela comentando ser a favor do projeto com orgulho por que vai ser realizada a indicação de sua autoria que é a construção do novo PSF no Bairro Bela Vista e a questão da melhoria do Estádio Tio Teco afirma que desde a outra gestão vem trabalhando em cima desta obra e que finalmente vai ser realizada. Diz ainda que acredita que todos os vereadores do PMDB estejam favoráveis à aprovação deste Projeto. Dando continuidade fez uso da palavra o vereador Ilton Provenzi colocando-se favorável ao Projeto e diz que estes são todos convênios a serem celebrados, ainda diz que este será um dinheiro investido em nossa cidade tanto para o Estádio Tio Teco como também para o novo PSF no Bairro Bela vista que estará atendendo as pessoas em sua localidade não precisando assim locomover-se até o centro da cidade para serem atendidos. Acredita que estes recursos têm que ser cem por cento aplicados no Município pelas normas que estão sendo aprovadas neste momento, será melhor para nossa cidade e Município. E por não haver mais ninguém interessado em se pronunciar, o Projeto de Lei Municipal nº 003/2008 foi colocado em única Votação, sendo aprovado por unanimidade. Prosseguindo, o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura do Projeto de Lei Municipal nº 001/2008, que autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências. O Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura da Ata da Comissão de Justiça, Redação Finanças e Orçamento referente ao Projeto de Lei Municipal nº 001/2008. Em seguida colocou o referido projeto em discussão, fazendo uso da palavra o Vereador Carlos Adelar Faganello que mais uma vez solicitou o apoio dos vereadores, pois este é um projeto semelhante ao outro, mas afirma que tinha sido contemplada somente a construção do PSF e lá no Governo Federal vislumbra-se a possibilidade de implantação de uma Unidade de Reabilitação e Fisioterapia. Acredita que existe alguma indicação a respeito deste Projeto. Comenta ainda

sobre a origem do Município dizendo que foi do Setor Madeireiro onde existem muitas pessoas que tem acidentes de trabalho ou coisa parecida e assim com o centro de Reabilitação fica mais fácil para atendimento a estas pessoas que acidentam-se e pessoas que precisam fazer Fisioterapia. E por não haver mais ninguém interessado em se pronunciar, o Projeto de Lei Municipal nº 001/2008 foi colocado em 1ª votação, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura da Mensagem do Veto referente ao Projeto de Lei nº 014/2007. O Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura da Ata da Comissão de Justiça, Redação Finanças e Orçamento referente à Mensagem do Veto referente ao Projeto de Lei nº 014/2007. Logo após o Presidente colocou o Veto referente ao Projeto de Lei nº 014/2007 em discussão, fazendo uso da palavra o Vereador Carlos Adelar Faganello comentando sobre o trabalho da Comissão, lembra que quando este Projeto de Lei Legislativo foi encaminhado a Comissão ela manifestou sua aprovação, no entanto estavam indo contra o parecer do Jurídico da Câmara ao qual seu parecer era desfavorável, comenta que a intenção da Comissão na época era a seguinte. A Câmara queria contemplar a população com este benefício, no entanto a partir de dois mil e um com a implantação da LRF Lei da Responsabilidade Fiscal as coisas estão vindo apertando e afunilando para os Administradores Públicos, lembra que em Feliz Natal a anos atrás houve uma denúncia, quando usava-se estes veículos escolares para transportar entidades religiosas e esportivas, afirma ainda que na Administração passada teve muitos problemas para conseguir acabar com isso. Comenta que esteve em conversa com o Prefeito e Vice e eles afirmaram que não tem o que fazer a este respeito, pois futuramente será o Município quem irá pagar a conta, diz ainda que esta foi uma atitude madura do Prefeito, pois no ano em que estamos, poderia ele ter aprovado este projeto para benefício político, mas não o fez. Deixa seu apoio ao Veto e sua explicação sobre sua opinião. Em seguida fez uso da palavra o vereador Ilton Provenzi que afirma sobre o estado delicado desta situação, pois em muitos Municípios da região

eles têm este benefício, lembra que não está querendo tirar o direito do Prefeito vetar para salvar o lado Administrativo, no entanto comenta que seria bom se o Prefeito criasse um novo mecanismo, mas que fosse realizado este benefício para o povo pois merecem. Diz que existe tanta coisa errada neste nosso País e no Estado. Afirma não ver o porque vetar simplesmente por que dizem que não pode um carro público fazer este tipo de serviço, coloca que existem carros públicos em nossos Municípios que ficam pra frente e pra traz fora do horário de expediente fora dos afazeres. Sugere que se faça uma comparação muito detalhada para que não fique nenhuma seqüela para ninguém, pois não fica bem para o povo assistir isso ai no momento em que precisa de um carro ai não tem este veículo a disposição. Acredita que devem por a mão na cabeça e pensar no povo encontrando um novo mecanismo para solucionar estes problemas. Diz que quase todos os Municípios vizinhos tem este benefício, pois aqui mesmo em nossa cidade já fomos testemunhas de ver ônibus escolares de outras cidades trazendo entidades esportivas e religiosas. Diz que fica muito sentido de ter que voltar a traz em seu voto, pois afirma ter sido a favor do projeto que beneficiaria a população e agora ter que vetar. Em seguida fez uso da palavra o vereador Luis Carlos de Melo que faz um esclarecimento a este respeito dizendo que em nosso País cria-se Leis para tudo, e sempre a favor do Poder Público e nunca para beneficiar o povo. Afirma que estas Leis que estão criando sobre Ambientalismo e outras nunca procuraram saber como o povo está reagindo a estas Leis se está passando fome ou não, afirma basear-se nisso para continuar a cobrar, pois um bem público é para beneficio da população. Concorde com as palavras do vereador Ilton, pois existem tantos erros em Prefeituras não somente na nossa em muitas onde pessoas utilizam os carros públicos para particulares fora do horário de expediente. Deixa claro sua intenção de voto contrária ao Veto, dizendo que seu voto é a favor da comunidade assumindo sua responsabilidade perante a comunidade. Em seguida retorna a Tribuna o vereador Carlos Adelar Faganello deixando claro que não tira o mérito da questão dos vereadores, pois os outros Municípios com toda certeza não tem

projeto para realizar este trabalho, porque a medida que se aprova um projeto deste ele tem que ser exposto, sugere que todos os vereadores em conversa com o Prefeito encontrem uma solução que talvez possa ser realizado esta atividade sem ter o Projeto, pois ao aprovar o projeto está legalizando-se uma atividade do Município, e a solução seria trabalhar sem esta legalidade, no entanto o objetivo da Câmara é que simplesmente seja legal as atividades do Município para que seja passível de Fiscalização de qualquer Tribunal de Contas ou Controladoria e assim por diante novamente deixa claro sua opinião a favor do veto. Diz que gostaria que a população fosse contemplada, mas afirma que no início do projeto o Jurídico da Câmara já havia dado seu parecer desfavorável, na época aprovou em respeito a comunidade e aos autores do projeto foi dado parecer favorável, diz ainda que tinham a esperança de que o Prefeito aprovasse o projeto. Na seqüência fez uso da Tribuna o vereador Gerson Antonio comentando as palavras do vereador Ilton onde deixa muito claro a situação em que a Casa está passando sobre os dois lados de um projeto que a população merece, no entanto não podemos simplesmente ir contra o veto pois o Projeto em si é inconstitucional, então por legalidade cabe a esta Casa de Leis ir contra o projeto, e aproveitando a oportunidade para que consigamos fazer uma reunião com o Prefeito para que ele perca este medo, pois todas as vezes que a população vai solicitar um veículo deste para fazer uma viagem se ampara em Leis feitas por um bando de incompetentes que votamos no passado. Os outros Municípios todos liberam veículos e é por isso que hoje este projeto está sendo discutido, por que eles fazem, mas o fazem sem o projeto fazem na ilegalidade, é necessário que o Executivo perca este medo que autorize a saída do veículo sem o projeto, mas que faça. Desta forma coloca-se favorável ao veto. Mas não quer que a população seja penalizada, é preciso arrumar uma maneira de ceder o veículo, mas sem a Lei, sem atrair a atenção do Tribunal de Contas por que se for aprovada está Lei estaremos mostrando a eles que existe uma inconstitucionalidade e prejudicar o Município em tudo. Diz que o dia que chegar uma multa do Tribunal

de Contas por que o Município serviu a população não haverá problema algum, pois o objetivo que é servir a população foi cumprido. Em seguida retornou a Tribuna o vereador Luis Carlos de Melo que afirma que se este projeto está em discussão nesta Casa de Leis é porque já foi cobrado, mas não havendo resposta assim foi criado este projeto. Em seguida fez uso da palavra o vereador Aníbal Alves Vilela que comenta sobre as palavras do vereador Gerson quando afirmou que estas Leis que vem dos maiores tentando prejudicar o povo de cada Município. Direcionando-se ao vereador Carlos líder do Prefeito afirma que se teve que elaborar este projeto é por que já foram diversas vezes cobradas ações do Executivo, mas não houve resposta positiva, devido às imposições do Tribunal de Contas do Estado e Tribunal de Contas da União ficando assim prejudicados com a situação. Comenta que pelo fato de ter recebido tantos não que resolveu elaborar um projeto de lei assegurando este direito aos munícipes, deixa declarado que seu voto é contra o veto. Em seguida o vereador Valdecir Rodrigues Garcia fez uso da palavra dizendo que se for para ter uma administração irresponsável fora da Lei, pois o que está em votação como já foi dito anteriormente a Prefeitura não tem projeto. Fala que se formos voltar àqueles tempos em que a Prefeitura trabalhava só irregular Feliz Natal vai se acabar, coloca que não é contra o projeto e sim a favor da população, mas não podem pedir para o Prefeito trabalhar irregular se o Tribunal de Contas está por ai é ele quem puxa a orelha de todos, então o que adianta estarmos aprovando isso burlando a Lei, diz que nesta semana teve uma conversa com o prefeito onde disseram que uma Prefeitura só funciona quando tem alguém roubando. Coloca que nunca viu uma Prefeitura que trabalhe corretamente e as pessoas falem bem dela, no entanto tendo um administrador fazendo as coisas erradas e fazendo pouco pelo Município ai sim este prefeito é bom. Comenta ainda sobre sua indignação sobre os vereadores utilizarem a Tribuna e afirmarem que seu voto é tal, pois está na Lei Orgânica do Município que o voto é secreto, e não adianta vir na Tribuna mostrar uma coisa pra população e dizer eu votei contra o veto, mas aquele fulano e fulano

foram contra diz que a isso é contra. Assim começam as picuinhas e não é desta forma que devemos trabalhar. Em seguida o Presidente direcionando-se ao vereador Luis Carlos de Melo disse que se o respectivo vereador tiver algo a falar que o faça na Tribuna e não ficar falando de sua mesa e solicitou ao mesmo calma. Fez uso da Tribuna o vereador Ilton Provenzi citando um fato ocorrido com o Tribunal de Contas, pois o Humberto Bosaipo que foi quem fez mais confusão na Assembléia Legislativa hoje é Conselheiro do Tribunal de Contas, afirma que fez esta colocação para dizer que estamos com medo do que mais fez confusão. Em seguida novamente retornou a tribuna o vereador Luis Carlos de Melo afirma que ninguém está pedindo que o Prefeito roube nada de ninguém e nem trabalhe irregular somente que ele trabalhe a favor da comunidade. Diz não saber por que de tanto medo, por trabalhar certo e quando diz trabalhar certo é a favor da comunidade diz acreditar que isso é certo e ainda se o Presidente não gostaria que divulgássemos o voto então não era necessário abrir o projeto para discussão. Em seguida o presidente declara que tem medo sim do Tribunal de Contas, afirma que provavelmente todos os vereadores tem, pois no início do ano passado em que estavam sendo pagas as Sessões Extraordinárias e em poucos dias veio uma carta do Tribunal dizendo que tinham que devolver o dinheiro, diz ainda que não viu nenhum vereador fazendo uma carta em resposta ao Tribunal dizendo que não iria devolver este dinheiro. Coloca que pagaram e pagaram todos quietos e da mesma forma o que acontece com os responsáveis são os vereadores. Afirma que devemos fazer um trabalho para a população sim, mas com consciência. Em seguida retorna a Tribuna o vereador Aníbal Alves Vilela acredita que houve uma falha na questão do Prefeito Manuel, pois ele vetou o projeto e acredita que caberia a ele procurar os vereadores e juntos encontrar uma solução. O presidente interrompeu para dizer que não se trata do Prefeito Manuel Messias Sales e sim do senhor Valderei Pescinelli que era o Prefeito em Exercício na época então as responsabilidades dos atos daquela época são dele e não do Manuel Messias Sales. O vereador Aníbal corrigindo sua colocação afirma que o senhor

Valderei faltou nesta parte para com a Casa de Leis, dizendo que este deveria ter chamado aos vereadores para que em uma conversa pudessem encontrar uma solução. Em seguida retornou a Tribuna o vereador Carlos Adelar Faganello que segundo o comentário do vereador Aníbal este fez uma montanha em uma coisa tão pequena, pois é direito do Prefeito vetar um projeto desde que amparado, e este veto veio amparado por uma legislação e ainda como é que o Prefeito dialogaria com o mesmo se foi a Câmara que aprovou o Projeto. Declara sua admiração para com o prefeito municipal por o mesmo cumprir a Lei, e ainda diz que talvez seja o primeiro veto desta Casa de Leis e não é pecado arrepender-se, pois ao perceber que cometeu-se um erro não poder voltar atrás, diz que isso é pura ignorância ao seu modo de ver. Coloca que a função do Líder do Prefeito é dialogar e ainda tem dois advogados o da Câmara e o do Executivo que desde o início deram o parecer desfavorável ao Projeto assim não tem muito que se fazer, diz que é a favor de conversar com o Executivo para encontrar uma solução diferente para este problema. Na seqüência o Presidente colocou em votação a forma pela qual seria votado o Veto, ficando decidido que a votação seria em aberto por cinco votos. E por não haver mais ninguém interessado em se pronunciar, o Veto ao Projeto de Lei Legislativo nº014/2007 foi colocado em votação, sendo aprovado por seis votos. Em seguida o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura do Requerimento nº 003/2008, que requer ao Prefeito Manuel Messias Sales, para que seja encaminhado para a apreciação do Plenário desta Casa de Leis, o veto do artigo 5º, da Lei Municipal nº 217/2007. Sancionada em 09 de maio de 2007, Lei que dispõe sobre o exercício de cargos, empregos, e funções por parentes, cônjuges, e companheiros investidos em cargos de provimento em comissão, função gratificada e contratos temporários no âmbito da administração pública. De autoria do Vereador Aníbal Alves Vilela. Logo após o Presidente colocou o Requerimento nº 003/2008 em discussão, fazendo uso da palavra o Vereador Aníbal Alves Vilela que solicita o apoio dos demais vereadores. Lembra que a pouco tempo atrás foi aprovado uma Lei de sua autoria em que

proibia o Prefeito Municipal de contratar parentes assim como o Vice Prefeito e Secretário e Vereadores para acabar com o nepotismo no Município. Mas o Prefeito vetou o artigo 5º (quinto) e não enviou o respectivo veto a Câmara Municipal, afirma que nem mesmo o Presidente tinha conhecimento deste veto, diz que esteve verificando as matérias que foram aprovadas no não passado encontrou o tal veto. Solicita ao Prefeito que envie o veto do artigo da Lei para que seja votado pela Câmara Municipal, comenta sobre o artigo vetado onde nem vereador nem vice-prefeito podem firmar contrato da Prefeitura com relação de qualquer tipo de empresa. E por não haver mais ninguém interessado em se pronunciar, o Requerimento nº 003/2008 foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura do Requerimento nº 005/2008, que requer ao Excelentíssimo Prefeito Municipal Senhor Manuel Messias Sales providências no sentido de promover palestra sobre Crédito de Carbono. De autoria da Bancada PSDB, DEM. Logo após o Presidente colocou o Requerimento nº 005/2008 em discussão, fazendo uso da palavra o Vereador Carlos Adelar Faganello comenta que tinham uma promessa do Deputado Dilceu que aconteceria uma audiência Pública na questão de florestas e que aconteceria no mês de janeiro, acredita que o deputado tenha esquecido ou não conseguiu promover esta Audiência em nosso Município. Comenta que o Prefeito Manuel já deve estar por dentro de alguns pontos deste assunto, mas ainda é muito complexo e que devemos estar buscando informação e esclarecimento para a sociedade e para os produtores. Coloca que tem quase certeza da aprovação do Executivo, mas o importante é a colaboração da população depois de aprovado e solicita o apoio dos demais vereadores. E por não haver mais ninguém interessado em se pronunciar, o requerimento nº 005/2008 foi colocada em votação, sendo aprovado por unanimidade. Na seqüência o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura do requerimento nº 004/2008, que requer ao Excelentíssimo Prefeito Manuel Messias Sales, que requer providências no sentido de promover uma reunião para tratar das seguintes Leis: Lei Federal

8.666/93 (Normas gerais para licitações públicas) e suas alterações, Lei Complementar (Federal) 123/06 Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas e Lei Complementar 002/06 (Municipal) Código Tributário do Município. De autoria da Bancada PSDB, DEM. Logo após o Presidente colocou o Requerimento nº 004/2008 em discussão, fazendo uso da palavra o Vereador Gerson Antonio que explica dizendo que a Lei 8.666 ela prevê as Licitações e as várias modalidades e cabe ao Executivo tomar a seguinte decisão, a prefeitura pode fazer por empreitada global e pode fazer separado, aquisição de material e construção realizada por uma empreiteira. Diz que quando vê uma licitação feita por empreitada global onde a empresa vencedora acaba comprando o material de outra cidade, percebe que estamos enfraquecendo nosso comércio e nosso povo. Afirma que esta descentralização de recurso vem já para fortalecer o comércio local, assim deixamos de favorecer o comércio de nosso Município para fortalecer outros. Cita um exemplo de que talvez o município faça um convênio para a construção de um PSF por exemplo, o Prefeito pode amparado pela Lei 8.666 fazer um processo licitatório para através de carta convite ou tomada de preço, e o comércio do Município ser beneficiado. Coloca que percebeu no decorrer de alguns anos em que acompanhou este processo licitatório que os Contadores das empresas comerciais do Município não tem a mínima preocupação quando recebe uma carta convite para participar do Processo licitatório ai o comerciante diante disso acaba não participando. E por não haver mais ninguém interessado em se pronunciar, o Requerimento nº 004/2008 foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. Na seqüência o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura da Indicação nº 012/2008 que indica ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, Manuel Messias Sales, a presente indicação para que sejam tomadas as devidas providências no sentido de fazer o término da abertura da Rua Industrial, ligando-a a Avenida Perimetral Sul. Reforçando a Indicação 018/2007. De autoria da Bancada PSDB, DEM e PP. Logo após o Presidente colocou o Requerimento nº 004/2008 em discussão, fazendo uso da palavra o

Vereador Luis Carlos de Melo que afirma que novamente esta reprotocolando esta matéria por que não foi atendida no ano de dois mil e sete, e vem sendo cobrado pelo setor madeireiro, solicita o apoio dos demais vereadores para que possa ser concluída esta obra neste ano. Comenta que os madeireiros estão disponibilizando máquinas para ajudar a resolver este problema. E por não haver mais ninguém interessado em se pronunciar, a Indicação nº 012/2008 foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. E por não haver mais nada a constar na ordem do dia o Presidente encerrou a Sessão, e Eu lavrei a presente Ata que após lida e aprovada vai assinada por mim, pelo Presidente e demais Vereadores.